



História da Educação

ISSN: 1414-3518

ISSN: 2236-3459

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em
História da Educação

Gatti, Décio

DIMENSÃO ACADÊMICA E PÚBLICA DA ATUAÇÃO DE UM INTELLECTUAL EM BUSCA DO DIREITO
À EDUCAÇÃO E DA JUSTIÇA SOCIAL: ENTREVISTA COM CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

História da Educação, vol. 23, e88793, 2019

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação

DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/88793>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321660471026>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Entrevista

DIMENSÃO ACADÊMICA E PÚBLICA DA ATUAÇÃO DE UM INTELLECTUAL EM BUSCA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DA JUSTIÇA SOCIAL: ENTREVISTA COM CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

**ACADEMIC AND PUBLIC DIMENSION OF THE ACTIVITY OF
AN INTELLECTUAL IN PURSUIT OF THE RIGHT TO
EDUCATION AND SOCIAL JUSTICE: INTERVIEW WITH
CARLOS ROBERTO JAMIL CURY**

**DIMENSIÓN ACADÉMICA Y PUBLICA DE LA ACTUACIÓN DE
UN INTELLECTUAL EN BUSCA DEL DERECHO A LA
EDUCACIÓN Y LA JUSTICIA SOCIAL: ENTREVISTA CON
CARLOS ROBERTO JAMIL CURY**

**DIMENSION ACADÉMIQUE ET PUBLIQUE DU TRAVAIL
D'UN INTELLECTUEL À LA RECHERCHE DU DROIT À
L'ÉDUCATION ET À LA JUSTICE SOCIALE: ENTRETIEN AVEC
CARLOS ROBERTO JAMIL CURY**

Décio Gatti Júnior¹

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, Brasil.

Nascido em São José do Rio Preto, no ano em que cessava a Segunda Guerra Mundial, Carlos Roberto Jamil Cury, possui importante trajetória de estudos, pesquisas e ações de caráter público, que tornam os textos que escreve e as entrevistas que concede incontornáveis, sobretudo, para aqueles que se preocupam com o que ocorre na esfera educacional no âmbito da sociedade brasileira.

Nessa direção, foi grande nossa sorte de termos recebido, em 12 de junho de 2018, respostas para nove questões que fomos capazes de formular, abordando temáticas relacionadas à pesquisa em Educação, notadamente, no campo da História da Educação, bem como questões atuais da problemática educacional e social brasileira, que dão forma à entrevista que ora temos a honra de apresentar aos leitores da Revista *História da Educação*.

Destacamos tratar-se de uma entrevista concedida por um acadêmico que tem colaborado fortemente na produção do conhecimento educacional brasileiro, notadamente, nas temáticas relacionadas ao embates ideológicos presentes na escola nacional, da busca da laicidade no âmbito estatal e educacional e do direito à educação, com papel relevante na formação de inúmeros pesquisadores em importantes programas de pós-graduação por todo o Brasil, seja na qualidade de orientador, mas, também, como partícipe em numerosas bancas de julgamento.

Simultaneamente, trata-se de um intelectual que não se furtou à difícil tarefa de atingir público mais amplo, por meio de: matérias publicadas em jornais de grande circulação e em revistas especializadas; entrevistas concedidas à diferentes periódicos impressos e emissoras de televisão; uma série infindável de palestras proferidas por todo país e no exterior.

Além disso, teve papel destacado em conselhos e órgãos públicos, o que, sem dúvida, demonstra sua capacidade de articulação política em prol da implantação de políticas públicas que pudessem favorecer avanços no que se refere à justiça social e ao pleno usufruto da cidadania.

Sua obra publicada é muito referenciada por autores no Brasil e no exterior, com mais de uma centena de artigos, mais de setenta capítulos de livros e uma série de livros publicados, como autor individual ou em coautoria, destacadamente: “Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais, 1930-1935” (CORTEZ; MORAES, 1978); “Educação e contradição: elementos teórico-metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo” (CORTEZ, 1985); “Legislação Educacional Brasileira” (DP&A, 2000); “Alceu Amoroso Lima” (MASSANGANA, 2010); “Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições” (MAZZA, 2014); “Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas” (CORTEZ, 2018).

Em sua formação de pesquisador, encontrou-se com autores hoje considerados clássicos no campo da História da Educação, notadamente, daqueles que iniciaram a pesquisa na área no Brasil, em torno das iniciativas levadas a termo no âmbito do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, com sede em São Paulo, por meio da leitura das obras de Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Laerte Ramos de Carvalho, Geraldo Bastos Silva etc.

Com o advento da emergência da pós-graduação em Educação no Brasil, na década de 1960, outros autores influenciaram nosso entrevistado, seja por meio da leitura das obras, mas, também por meio da convivência próxima, com destaque para Dermeval Saviani, Maria Luísa Santos Ribeiro, Jorge Nagle, Luiz Antônio Cunha e Vanilda Pereira de Paiva. Da experiência de orientação, novas temáticas e abordagens no campo histórico-educacional foram apropriadas.

Depois da experiência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na década de 1970, Jamil Cury ingressou, em 1978 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na qual foi honrado com a importante designação de Professor Emérito. Após sua aposentadoria, em 2000, passou a atuar na pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Neste longo período, nosso entrevistado, entre outras atividades: tornou-se pesquisador do CNPq; coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação

da UFMG; presidiu a Área de Educação da Capes; assessorou a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG; integrou o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais; realizou estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Universidade de Paris, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); presidiu a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; presidiu a Capes; coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas; integrou o Conselho Técnico Científico da Educação Básica da Capes; integrou a Câmara de Ciências Humanas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Atualmente, entre outras atividades, é um dos vice-presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Percebe-se que se trata de um entrevistado que reúne experiência acadêmica e de atuação pública de fôlego, nas quais se revela um pesquisador e um homem público comprometido com a busca de melhoria das condições básicas do exercício da cidadania no Brasil, tendo em vista o alcance do necessário equilíbrio entre liberdade e igualdade, que é visível em alguns poucos países pelo mundo, mas, que ainda consiste em grande desafio no âmbito nacional. Sem dúvida, é uma entrevista de grande interesse para os acadêmicos, notadamente, da área de Educação, da História da Educação e da Política Educacional, mas, também, para público mais amplo.

1. QUEREMOS COMEÇAR ESTA ENTREVISTA COM SUAS MEMÓRIAS PESSOAIS: COMO FOI SEU ENCONTRO E SEU INTERESSE PELA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?

Meu encontro com a História da Educação se deveu à confluência de dois fatos. O primeiro, sendo professor no ciclo Básico da PUC-SP em 1971, a coordenação desta etapa do ensino superior ficava com o professor Casemiro dos Reis Filho. Sendo ele um historiador da educação e eu seu orientando de mestrado, conheci a importância desta área para o desenvolvimento da

dissertação. Ao mesmo tempo, tinha contatos com o professor Dermeval Saviani e com a professora Maria Luisa Santos Ribeiro. Não poderia elaborar minha dissertação de mestrado versada sobre o litígio entre católicos e liberais na década de Trinta sem o aporte da História da Educação. Aí fui seduzido por dois campos que me atraem até hoje: processos constituintes e contexto educacional.

2. QUAIS TEMAS DE PESQUISA INICIALMENTE TIVERAM A SUA ATENÇÃO? QUAIS ESTUDIOSOS INFLUENCIARAM SUA FORMAÇÃO TEÓRICA EM GERAL E HISTORIOGRÁFICA EM PARTICULAR?

Como a Constituinte de 1933/1934 foi uma das fontes para minha dissertação e ela tinha tudo a ver com o conflito ideológico estabelecido na sociedade civil, o capítulo da educação da Constituição terminou por me reter a atenção. Então, a laicidade era o grande foco encapsulando a definição do regime social e sua concepção de fundo, se materialista ou espiritualista. Seguiu-se a discussão em torno da paternidade dos métodos ativos na relação ensino/aprendizagem (São Tomás ou Escolanovistas). Destas duas decorria o papel do Estado (proativo e interventor ou subsidiário da família e do privado). Outros temas ganharam proeminência como a gratuidade e a obrigatoriedade da educação, planos de educação e controle administrativo. No entanto, fui chegando à história da educação pelas remissões dos debatedores e pelos constituintes ao passado imperial ou republicano relativamente a estes temas. Desse modo, afora os livros da professora Maria Luisa, fui conhecendo Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Laerte Ramos de Carvalho e Geraldo Bastos Silva. Depois encontrei-me com o clássico Educação e Sociedade na Primeira República de Jorge Nagle e o livro da saudosa colega, com quem dividia a sala, Otaíza de Oliveira Romanelli. Confesso que a literatura produzida no Rio de Janeiro vim a conhecer seja pela obra sobre o ensino superior de Luiz Antônio Cunha, seja pelas indicações que ele me fornecia quando do doutorado na PUC-SP como Vanilda Pereira Paiva e algumas dissertações defendidas no Instituto de Estudos

Avançados em Educação (Iesae) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Por aquela época, ditadura e censura, a produção editorial era pequena se comparada com o que há hoje em matéria de educação e, especialmente em matéria de História da Educação. Só mais tarde viria a estudar, a partir das provocações dos orientandos, e conhecer historiadores de várias escolas metodológicas.

3. AO LONGO DO TEMPO, QUE TEMÁTICAS DE PESQUISA GANHARAM SUA ATENÇÃO E QUE NOVAS IDEIAS ESTIMULARAM MUDANÇAS EM SUA PERSPECTIVA DE ANÁLISE?

Minha tese de doutorado, claramente baseada no pensamento marxista e em especial na contribuição gramsciana, visava fundamentar o papel da educação escolar para além das teses da reprodução. Via e vejo na educação com qualidade um campo contraditório, espaço de disputa hegemônica, que pode emancipar os sujeitos educandos de "sonos dogmáticos" das teorias imobilistas e interpretações apressadas. Foi neste sentido que passei a ver a importância da escola para a democracia e para a cidadania. Não quero dizer com isto que a história da educação termine com a teoria da cidadania. Pode-se avançar para a teoria dos direitos humanos e educação como superação do nacional, da exploração e da desigualdade.

4. EM UM BALANÇO DE SUA TRAJETÓRIA DE PESQUISA E DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, QUE CONTRIBUIÇÕES PODERIA DESTACAR?

Em minha trajetória, defrontei-me com um certo descaso com relação ao ordenamento jurídico e suas possibilidades. O direito seria o arremate do pensamento burguês. Ora, isto seria concordar com o absolutismo da reprodução, o oposto do que estudara em minha tese. Do estudo das constituintes à educação

como direito de todos foi um elo imanente. O estudo de autores ingleses como Hobsbawn e Thompson ou de franceses como Rémond muito me ajudaram a entender de como a classe operária lutou para a aquisição dos direitos sociais, entre os quais o direito à educação. Com a obra do polonês Przeworski e do brasileiro Nelson Coutinho entendi ainda melhor esta batalha em prol de uma democracia não só progressista, mas também progressiva. Mesmo que fosse o direito o capitel do pensamento burguês (com o que não concordo), ainda assim vale o bordão de Saviani: se eu não dominar o que o outro domina, serei dominado por ele. Entender os caminhos do direito à educação no passado é fundamental não só para compreender o presente como também para projetar um futuro melhor.

5. NO CONTEXTO ATUAL, COMO VOCÊ AVALIARIA O ESTADO DA PESQUISA E DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO? SEGUNDO A SUA EXPERIÊNCIA, QUAIS AS PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS?

A área da educação teve e tem intelectuais importantes que escreveram (e escrevem) obras indispensáveis para o avanço do conhecimento na história da educação. O salto de qualidade (que não dispensa a quantidade) se deu com o desenvolvimento e consolidação da pós-graduação. Seja pelas exigências da creditação e depois da avaliação, seja pela associação de educadores, a área como um todo foi se espessando: teses, dissertações, relatórios de pesquisas, intercâmbio nacional e internacional, pós-graduação no exterior e eventos, entre outros, propiciaram uma grande qualificação na área. Disto se beneficiaram os que estavam insatisfeitos com o conhecimento pouco extenso de realidades regionais, de contextos locais e os que buscaram o rigor metodológico nesta empreitada de conhecer mais e melhor. E assim, considero que a subárea da história da educação é hoje a mais sólida, mais plural na qual há revistas de qualidade, orientações teórico-metodológicas distintas, produção editorial de

livros afora a plêiade de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais. Em Minas há um esforço de autoconhecimento. O Império na educação deixou de ser um quase deserto. A República Velha mais e mais conhecida, seja na dimensão estadual, seja nas especificidades regionais e locais. A história das instituições deixou de ser um campo secundário para expressar no micro tanto sua especificidade quanto uma participação no macro. A história da educação com a escravidão foi reinterpretada bem como a ligação daquela com o barroco.

6. QUAIS AS PERSPECTIVAS E O QUE PODERIA CONSTITUIR UMA AGENDA PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?

As perspectivas seriam as de dar continuidade a esta verdadeira boa "invasão" nos arquivos, documentos e legislação, contextualizadas e plurais. Entretanto, noto uma ausência de uma sistemática apresentação desta disciplina nos cursos de pós-graduação e uma apresentação aligeirada na graduação. Não sei como alguém pode receber o título de mestre ou mestra em educação, sabendo-se ser nossa área muito acolhedora de outras, sem um conhecimento mais aprofundado da HE.

7. COMO ACREDITA QUE SE PODERIA ENFRENTAR OS DESAFIOS COLOCADOS PELA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PESQUISA E DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA?

A subárea, até o ano de 2017, teve razoável contemplação de benefícios para a participação de eventos internacionais. Também os docentes/pesquisadores que participam de programas qualificados nos dois últimos estratos da avaliação da Capes têm sido induzidos a um intercâmbio mais constante com pares do exterior. As revistas têm sido urgidas a publicarem os resumos em mais de uma língua, garantido o caráter de língua franca do inglês.

A publicação bilíngue poderá ser um passo adiante ante a internacionalização do conhecimento e a circulação mundial entre pares. Contudo, o domínio do inglês ou mesmo de outras línguas ainda é recessivo exigindo esforços suplementares para trocas mais amiúdes que poderiam se beneficiar de salas de videoconferência com custo infinitamente menor do que deslocamentos de longa distância para cursos, parte dos cursos ou mesmo conferências ou membros de bancas. Muitas vezes tais eventos não podem contar com tradução simultânea devido aos altos custos. Contudo, as trocas internacionais devem ser recíprocas e simétricas.

8. ADENTRANDO EM OUTRA TEMÁTICA, QUE PERSPECTIVAS PODERIA APONTAR PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA, EM ESPECIAL NO QUE SE REFERE À ÁREA EDUCACIONAL?

A conjuntura atual não é promissora. Quando se constata a razão de um veto ao Custo-Aluno-Qualidade inicial, previsto em várias leis, como ofensivo ao ajuste fiscal; quando se verifica no site da Transparência Pública que a maior parte do gasto público vai para o pagamento da dívida pública, e que quando se beneficia o diesel retirando-se recursos da educação, saúde, ciência e tecnologia, o que se pode ter como perspectiva? E o que esperar de candidatos francamente implicados no retrocesso de direitos? O curto prazo é cinzento. Mais uma vez a efetivação do direito à educação se bate contra programas recessivos e muito longe dos valores duramente inseridos no ordenamento jurídico.

9. EM SEUS ESTUDOS HISTÓRICOS NO CAMPO PRÓXIMO DA FILOSOFIA POLÍTICA E DA POLÍTICA EDUCACIONAL, QUE MARCOS TEÓRICOS APONTARIA COMO FUNDAMENTAIS E QUE PERSPECTIVAS ASSINALARIA EM TERMOS DE IDEIAS QUE PODERIAM TER POTENCIALIDADES INTERPRETATIVAS E MESMO DE AÇÃO SOCIAL NA ATUALIDADE?

A área é plural. O importante é que haja debate com rigor metodológico e marcos teóricos definidos. O campo da educação sempre se viu confrontado, já que participe da sociedade de classes, com a tensão entre liberdade e igualdade. A teoria da cidadania pode ter como horizonte remoto uma chegada a uma sociedade socialista, mas ela tem como referência próxima a redução das desigualdades, o fim das discriminações e o equilíbrio entre as disparidades regionais. A teoria da revolução vale-se de um método que descarna a sociedade capitalista como nenhum outro, mas a curto prazo, não pode abdicar da progressiva redução das desigualdades sob pena de permanecer na interpretação do mundo. E a educação, espaço de disputas, põe em tela, no interior da pluralidade o sentido da democracia: é ela um valor permanente? Por qualquer uma das vias, o que tem sido reiterado por educadores que não se alinham com o retrocesso dos direitos – algo rejeitado pela própria ONU e Unesco – é que temos um capítulo constitucional da educação que merece fazer deste solo comum o campo democrático e progressista de nossas convergências.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Massangana, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos teórico-metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições**. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais (1930-1935)**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive (org.). **Carlos Roberto Jamil Cury: intelectual e educador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DÉCIO GATTI JÚNIOR é doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio de pós-doutorado concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1B). Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig.

E-mail: degatti@ufu.br

 <http://orcid.org/0000-0002-5876-6733>

Recebido em: 11 de dezembro de 2018

Aprovado em: 08 de janeiro de 2019



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.